


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 09 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. Heitor Luiz Ferreira do Amparo. O referido é verdade. Nada mais. Eu, ,Cristiane Marques Gomes Treviso, Assistente Judiciário, digitei.

**SENTENÇA**

Processo nº: 1009955-97.2018.8.26.0037 -  
Classe - Assunto **Procedimento Comum - Empréstimo consignado**  
Requerente: Osmar Luiz Castelli  
Requerido: BANCO PAN S.A.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Heitor Luiz Ferreira do Amparo

Vistos.

OSMAR LUIZ CASTELLI, qualificado nos autos, promove contra BANCO PAN S/A a presente ação ordinária alegando, em resumo, que celebrou com o requerido contrato de empréstimo consignado para desconto na pensão que recebia do INSS; que teve o benefício cancelado; que encontrava-se em atraso com os pagamentos em razão da suspensão; que seu nome foi apontado junto aos órgãos de proteção ao crédito; que a partir de julho do ano em curso o requerido passou a debitar parcelas do empréstimo diretamente da sua conta-corrente; que não recebeu cópia do contrato; que deve ser aplicado à espécie o Código de Defesa do Consumidor; que o requerido se abstenha de efetuar cobranças e de inscrever seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito; que o valor do seguro, se contratado, seja utilizado para quitar o saldo devedor; que as parcelas contratadas sejam revistas e os descontos em conta-corrente suspensos até a sua readequação. Pede a procedência da ação para esse fim.

O requerido contestou a ação aduzindo, preliminarmente, que é parte ilegítima na ação. No mérito, sustentou que não possui controle sobre os

**1009955-97.2018.8.26.0037 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

descontos no benefício do autor e depende da comunicação do INSS; que passou a ter prejuízo com a operação; que justa é a inscrição do nome do autor junto aos órgãos de proteção ao crédito; que a dívida existe; que não praticou qualquer ato ilícito; que o autor não contratou seguro; que não pode ser aplicado, à espécie, o Código de Defesa do Consumidor; que o débito em conta corrente para pagamento do débito foi estabelecido no contrato; que os descontos não podem ser suprimidos por vontade unilateral; que o contrato faz lei entre as partes; que não existe onerosidade excessiva. Pediu a improcedência da ação, se não acolhida a preliminar (págs. 81/89).

O autor manifestou-se sobre a contestação (págs. 154/167).

É o relatório.

Não havendo necessidade de produção de outras provas, passo a decidir.

A preliminar de ilegitimidade de parte alegada pelo requerido fica rejeitada, pois com ele o contrato objeto do pedido foi celebrado, bem como por ele estão sendo efetuados os débitos na conta-corrente do autor.

No mais, a pretensão inicial não pode prosperar.

Com efeito, celebrou o autor contrato de empréstimo consignado de págs. 107/112 com o requerido para desconto no benefício que recebia junto ao INSS.

Sustenta, contudo, que o benefício foi cancelado e passa por dificuldades financeiras, não podendo mais pagar o seu débito, ao menos, na forma atual.

A justificativa oferecida, contudo, não inibe a pretensão do requerido em receber os valores contratados, utilizados e não pagos pelo autor.

Observe-se, ainda, que restou consignado na cláusula 7 do

**1009955-97.2018.8.26.0037 - lauda 2**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara  
FORO DE ARARAQUARA  
2ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, nº 1998, Fórum - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq2cv@tjsp.jus.br

contrato de págs. 107/112 que se a parcela do empréstimo não for descontada dos vencimentos do autor, os valores deveriam por ele ser pagos.

É certo, que o valor mutuado e os respectivos encargos foram previamente estabelecidos e livre e espontaneamente a eles anuiu o autor.

Conclui-se, em face desse contexto, que pretende o autor discutir operação livremente pactuada e com a efetiva utilização do numerário.

Nada existe de ilegal, portanto, em relação aos valores e encargos exigidos que guardam relação com o contratado

Diante do exposto, julgo improcedente a ação e condeno o autor no pagamento das custas processuais, e honorários de advogado de quinze por cento sobre o valor dado à causa, satisfeitos na forma do art. 98, § 3º da lei processual civil.

Intime-se.

Araraquara, 14 de novembro de 2018

Heitor Luiz Ferreira do Amparo  
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA